

Exame de Recurso
Docentes: Inês Fernandes Godinho
Flávio Serrano Roques

1.º Ciclo em Criminologia
Direito Processual Penal

23 de Janeiro de 2024
10,00 horas
3.º Ano - Turma única
Duração: 3 horas

TÓPICOS DE RESPOSTA

I

1. Comente a seguinte afirmação: “O direito processual penal é direito constitucional aplicado”.

- As relações entre o direito constitucional e o direito processual penal;
- O significado do direito processual penal para os direitos fundamentais;
- As principais normas constitucionais, com especial referência ao art. 32º da CRP (aludindo, também, aos artigos 18º, n.º 2; 27º e 28º da CRP).

2. Indique quais os princípios a ter em consideração no âmbito da aplicação das medidas de coação e qual a sua relevância e significado.

- Os princípios de aplicação das medidas de coação: a legalidade, a proporcionalidade, necessidade e adequação, a precaridade, a judicialidade, com referência, pelo menos, aos artigos 191º, 192º, 193º e 194º do CPP;
- Em especial, o princípio da subsidiariedade no contexto das medidas privativas de liberdade, com específica referência ao artigo 193º, n.ºs 2 e 3, do CPP;
- A subordinação das medidas às exigências cautelares do processo, com referência aos artigos 204º e 192º, n.º 6, do CPP.

3. Explique qual a diferença entre suspeito e arguido e entre assistente e vítima.

- A noção de sujeito processual como fundamento da diferença;
- A definição de suspeito e o estatuto processual do arguido, com referência aos artigos 1º e 61º do CPP;

– A vítima no processo penal e o estatuto processual do assistente, com referência aos artigos 67º-A e 69º do CPP.

II

Considere a seguinte factualidade:

Em Janeiro de 2022, Cristina apresentou queixa contra Manuela, dizendo que esta lhe telefonava frequentemente para casa, insultando-a e ameaçando-a directamente.

No âmbito do inquérito instaurado, foi montada, com autorização da entidade competente, uma intercepção do telefone de Manuela.

No âmbito dessa intercepção, ficou gravado um telefonema entre Manuela e Cristina, durante o qual a primeira, referindo-se à mãe de Cristina, afirmou: “a tua mãe é uma grande vaca, aldrabona e uma grande vigarista”.

Tendo tomado conhecimento através da filha das afirmações de Manuela a seu respeito, que considerou ofensivas da sua honra, a mãe de Cristina apresentou, por seu turno, queixa contra Manuela e requereu que a gravação da escuta do telefonema fosse transcrita para ser utilizada e valer como meio de prova no inquérito instaurado na sequência da sua queixa.

a) Qual a entidade competente para autorizar as escutas? Justifique

- Referência ao juiz de instrução criminal como entidade competente para autorizar, a requerimento do Ministério Público, escutas telefónicas como meio de obtenção de prova em processo penal, nos termos dos artigos 187.º, n.º 1, 269.º, n.º 1, alínea e) e 17.º do CPP.
- Identificação da autorização das escutas como acto jurisdicional de inquérito, com referência à razão de ser da intervenção judicial: afectação/ingerência de direitos fundamentais que exige ponderação judicial da necessidade, em concreto, da medida (referência ao artigo 18.º e 34.º, n.º 4 da CRP).

b) Seria legalmente possível a requerida utilização?

- Identificação dos (demais) requisitos de admissibilidade das escutas – artigo 187.º n.º 1 a 6 do CPP.
- Qualificação do conhecimento como fortuito e explicação do respectivo regime, que se mostra previsto nos n.ºs 7 e 8 do artigo 187.º do CPP.
- Concluir pela admissibilidade da utilização por se mostrarem, *in casu*, preenchidas as exigências previstas no n.º 7.

Exame de Recurso

**Docentes: Inês Fernandes Godinho
Flávio Serrano Roques**

**1.º Ciclo em Criminologia
Direito Processual Penal**

23 de Janeiro de 2024

10,00 horas

3.º Ano - Turma única

Duração: 2 horas

I

1. Comente a seguinte afirmação: “O direito processual penal é direito constitucional aplicado”.

2. Indique quais os princípios a ter em consideração no âmbito da aplicação das medidas de coação e qual a sua relevância e significado.

3. Explique qual a diferença entre suspeito e arguido e entre assistente e vítima.

II

Considere a seguinte facticidade:

Em Janeiro de 2022, Cristina apresentou queixa contra Manuela, dizendo que esta lhe telefonava frequentemente para casa, insultando-a e ameaçando-a directamente.

No âmbito do inquérito instaurado, foi montada, com autorização da entidade competente, uma interceptação do telefone de Manuela. ↳ HP

No âmbito dessa interceptação, ficou gravado um telefonema entre Manuela e Cristina, durante o qual a primeira, referindo-se à mãe de Cristina, afirmou: “a tua mãe é uma grande vaca, aldrabona e uma grande vigarista”.

Tendo tomado conhecimento através da filha das afirmações de Manuela a seu respeito, que considerou ofensivas da sua honra, a mãe de Cristina apresentou, por seu turno, queixa contra Manuela e requereu que a gravação da escuta do telefonema fosse transcrita para ser utilizada e valer como meio de prova no inquérito instaurado na sequência da sua queixa.

- a) *Qual a entidade competente para autorizar as escutas? Justifique*
- b) *Seria legalmente possível a requerida utilização?*

